

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
1 INTERNET: CONCEITOS FUNDAMENTAIS	31
1.1 Primórdios do conceito de rede: técnica e literatura	31
1.1.1 O controverso Metaverso	37
1.2 Aspectos operacionais da internet.....	42
1.2.1 Linguagem HTML e <i>Browser</i>	42
1.2.2 Endereço IP: IPv4 x IPv6.....	44
1.2.3 <i>Cookies</i>	47
1.2.4 Site, domínio e <i>cybersequeatting</i>	50
1.2.5 Internet das Coisas (<i>Internet of Things</i> – IoT).....	53
1.2.5.1 Internet das Coisas e o Decreto nº 9.854/2019...	54
1.2.6 <i>Big Data</i>	56
1.2.7 Computação e armazenamento em nuvem (<i>cloud storage</i>) ...	58
1.2.8 Serviço <i>over-the-top</i> – OTT.....	59
1.2.9 Arquitetura <i>Peer-to-peer</i> – P2P	59
2 A NATUREZA DOS SERVIÇOS DE INTERNET E SUA REGULAÇÃO	61
2.1 O problema da regulação da internet.....	62

2.1.1	Regulação e agências reguladoras.....	62
2.1.2	A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997)	64
2.1.3	A questão da natureza do serviço de conexão à internet: Serviço de Valor Adicionado x Serviço de Telecomunicações (Norma 004/1995 e Lei Geral de Telecomunicações).....	68
2.1.4	Vácuo regulatório e potencial incompetência regulatória da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a regulação dos serviços de internet	74
2.1.5	Obstáculos à regulação direta da internet: dissolução de fronteiras e desafios à aplicação da lei local	76
3	AGENTES DA RELAÇÃO JURÍDICA VIRTUAL.....	83
3.1	Provedores de serviços de internet: Provedores de aplicações e provedores de conexão	83
3.1.1	Provedores de <i>Backbone</i>	86
3.1.2	Provedor de acesso ou conexão	87
3.1.3	“Provedor” de informação e provedor de conteúdo	88
3.1.4	Provedor de hospedagem	90
3.1.5	Provedor de correio eletrônico	91
3.2	Das esferas de responsabilização dos provedores de serviço....	91
4	COMUNIDADES VIRTUAIS	95
4.1	A natureza auto-organizada da internet enquanto sistema sociotecnológico.....	98
4.2	Comunidades virtuais: conformação conceitual e definições.....	103
4.3	Elementos Constitutivos das Comunidades Virtuais: Associação de Usuários e Plataforma Digital Sede	108

4.4	Características Comuns e Critérios de Qualificação das Comunidades Virtuais	110
4.5	Tipologia das Comunidades Virtuais: Critérios de Classificação	113
4.5.1	Quanto à temporalidade das comunicações: comunidades síncronas e assíncronas	113
4.5.2	Quanto ao Interesse dos usuários participantes: comunidades de motivação social e comunidades transacionais	114
4.5.3	Quanto à relação entre os membros e a plataforma: comunidades de discussão, de conclusão de objetivos e tarefas, de ambientes virtuais e híbridas	115
4.5.4	Quanto ao patrocinador da comunidade: comunidades fundadas por membros e comunidades patrocinadas por organizações.....	118

5 DIREITOS FUNDAMENTAIS NO AMBIENTE VIRTUAL

121

5.1	A abertura do catálogo constitucional de direitos fundamentais.....	122
5.2	Direito humano fundamental de acesso universal à internet...	125
5.3	Inviolabilidade das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados.....	131
5.4	Direito à privacidade e proteção dos dados pessoais: EC nº 115/2022	133
5.5	Liberdade de pensamento e de expressão	138
5.5.1	Liberdade de expressão e “PL” das <i>Fake News</i> (PL nº 2.630/2020)	146

6 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD (LEI Nº 13.709/2018)

159

6.1	Afinal, o que são dados (pessoais)?	162
6.1.1	Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados....	165
6.1.2	Metadados.....	167
6.1.3	Dados de saúde e Lei nº 14.289/2022: Sensibilidade qualificada.....	169
6.2	Vigência da LGPD: Cenários pré e pós-pandemia	171
6.3	A extraterritorialidade da LGPD: Diálogos com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB e comparativo com a <i>General Data Protection Regulation</i> – GDPR.....	174
6.4	Tratamento de dados e os princípios da finalidade, necessidade e minimização de dados	181
6.5	Consentimento do usuário e políticas de privacidade: cerne interpretativo e condicionante para tratamento de dados	184
6.6	O tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes: aplicação da doutrina da proteção integral	196
6.7	O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública	201
6.7.1	Indicação de encarregado pela proteção de dados	204
6.7.2	Compartilhamento (condicionado) de dados pessoais na Administração e Decreto nº 10.046/2019.....	207
6.7.3	A proteção de dados pessoais sensíveis e a Identificação Civil Nacional – ICN (Lei nº 13.444/2017).....	214
6.7.4	O tratamento de dados pessoais pelos serviços extrajudiciais de notas e de registro: Provimentos CNJ nº 74/2018, 134/2022, 149/2023 e normas locais de serviço	218
6.8	As técnicas de anonimização de dados e sua (in)eficácia	228
6.9	Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD e Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade: Perspectivas administrativas e regime especial.....	234
6.10	O regime da responsabilidade Civil na atividade de tratamento: objetiva, subjetiva ou categoria especial?	242
6.11	A responsabilidade nos incidentes de vazamento de dados	257

7	MARCO CIVIL DA INTERNET: LEI Nº 12.965/2014.....	267
7.1	Técnica legislativa subjacente: Código de Princípios e Cláusulas Gerais	269
7.2	Direitos e garantias dos usuários	275
7.2.1	Inviolabilidades e sigilo	277
7.2.2	Continuidade dos serviços de conexão.....	278
7.2.3	Manutenção da qualidade contratada e proteção de dados pessoais	284
7.3	Redação contratual e proteção do consumidor: Termos e condições gerais de uso.....	284
7.4	Neutralidade de rede: disciplina nacional e comparada	296
7.4.1	A neutralidade de rede no Marco Civil da Internet e no Decreto nº 8.771/2016	301
7.4.2	A neutralidade de rede no modelo europeu: Regulamento EU 2015/2120	304
7.4.3	A neutralidade de rede no modelo norte-americano ...	307
7.4.3.1	A neutralidade de rede no governo Barack Obama: criação das regras de “ <i>open internet</i> ”.....	308
7.4.3.2	A neutralidade de rede no governo Donald Trump: o fim das regras de “ <i>open internet</i> ”	316
7.5	Responsabilidade civil dos provedores e controle de conteúdo ilícito.....	319
7.6	Guarda e requisição judicial de registros: requisitos e parâmetros para a prova digital.....	342
8	A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA ESFERA DIGITAL.....	363
8.1	Informatização do processo administrativo e assinatura eletrônica.....	364

8.2	Acesso à informação e transparência	370
8.3	Governo digital e serviços públicos digitais	381
8.4	Nova de Lei de Licitações e Publicidade	391
8.5	Segurança da informação e defesa cibernética.....	397
8.6	Cartórios e Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – SERP	403

9 RESPONSABILIDADE CIVIL E TUTELA DO CONSUMIDOR NO AMBIENTE DIGITAL

9.1	Novos danos e interesses merecedores de tutela	408
9.2	Direitos da personalidade e responsabilidade civil por dano à imagem	415
9.3	A responsabilidade dos provedores de sites de relacionamento por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.....	428
9.4	A responsabilidade dos editores de blogs por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	435
9.5	A responsabilidade dos portais de notícias por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	438
9.6	A responsabilidade dos motores de busca por associação indevida entre o argumento de pesquisa e o resultado de busca	439
9.7	Direito ao esquecimento e direito à desindexação: (ir)responsabilização dos provedores de aplicações.....	443
9.8	A responsabilidade dos aplicativos de transporte individual de passageiros	456
9.9	A responsabilidade dos provedores de <i>online marketplace</i> por danos causados por terceiros	478
9.10	Serviços <i>on-line</i> de hospedagem e disposições condominiais.....	486
9.11	Direito de arrependimento (prazo de reflexão) e compras <i>on-line</i>	501
9.11.1	A suspensão parcial do direito de arrependimento: o artigo 8º da Lei 14.010/2020 (RJET).....	508

9.12 Fraude bancária e responsabilidade em transações de <i>internet banking</i>	509
9.13 Responsabilidade civil por danos causados por inteligência artificial (IA)	515

10 COMÉRCIO ELETRÔNICO E NOVAS FORMAS DE PAGAMENTO

10.1 Contratos e contratação eletrônica	527
10.1.1 Classificação dos contratos eletrônicos: contratos interpessoais, interativos, intersistêmicos e inteligentes	531
10.1.2 Assinatura digital/eletrônica e integridade dos contratos eletrônicos.....	536
10.1.3 Lugar e momento da formação dos contratos eletrônicos.....	550
10.2 Regulamentação do <i>e-commerce</i> : Decreto nº 7.962/2013	556
10.3 Mecanismos de “Online Dispute Resolution” (ODR) e “ <i>Cyber-courts</i> ” no comércio eletrônico	566
10.4 Criptomoedas, <i>blockchain</i> e Lei nº 14.478/2022	579
10.5 <i>Crowdfunding</i> (financiamento coletivo)	589
10.6 <i>Startups</i> , Inova Simples e Empresa Simples de Crédito.....	596
10.7 Lei Complementar nº 182/2021: Marco legal das <i>startups</i> e do empreendedorismo inovador	599

11 JOGOS ELETRÔNICOS E LEI Nº 14.852/2024

11.1 Concorrência no mercado de jogos e grandes “ <i>players</i> ”	611
11.2 Jogos eletrônicos e sua proteção como ARTE e expressão cultural	614
11.3 Natureza (jurídica) dos jogos eletrônicos	625
11.3.1 Mídia e multimídia	625

11.3.2	Programas de computador e obras intelectuais.....	629
11.4	Lei 14.852/2024: marco legal para a indústria de jogos eletrônicos.....	643
11.4.1	Princípios e proteção cultural e artística.....	645
11.4.2	Proteção da criança e do adolescente e dos consumidores em geral	653
11.4.3	Proteção de dados nos jogos eletrônicos	670

12 PROTEÇÃO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

675

12.1	Combate à exploração e dependência digital de crianças e adolescentes no plano comparado	678
12.2	ECA Digital: Lei nº 15.211/2025	693
12.2.1	Mecanismos de aferição de idade	700
12.2.2	Supervisão parental.....	705
12.2.3	Produtos de monitoramento infantil	707
12.2.4	Jogos eletrônicos.....	708
12.2.5	Publicidade em meio digital.....	709
12.2.6	Redes sociais	712
12.2.7	Prevenção e combate a violações no ambiente digital	712
12.2.8	Reporte de violações	713
12.2.9	Transparência e prestação de contas	717
12.2.10	Governança e sanções	718

13 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO E TECNOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO

721

13.1	4ª Revolução Industrial (Indústria 4.0).....	722
13.2	Ciência de dados e Jurimetria	725

13.3 Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Poder Judiciário	727
13.3.1 Resoluções CNJ nº 332/2020 e 615/2025: Inteligência Artificial e Direito	728
13.3.2 Resoluções CNJ nº 325/2020 e nº 370/2021: Estratégia Nacional do Poder Judiciário e ENTIC-JUD	740
13.3.3 Resolução CNJ nº 335/2020: PDPJ-Br	741
13.3.4 Resolução CNJ nº 337/2020: Videoconferência	743
13.3.5 Resolução CNJ nº 345/2020: Juízo 100% Digital	744
13.3.6 Resolução CNJ nº 354/2020: cumprimento digital de ato processual	746
13.3.7 Resolução CNJ nº 358/2020: ODRs e SIREC.....	747
13.3.8 Resolução CNJ nº 372/2021: Balcão Virtual.....	748
13.3.9 Resolução CNJ nº 385/2021: Núcleos de Justiça 4.0.....	749
13.3.10 Resolução CNJ nº 396/2021: Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética	750
13.3.11 Resolução CNJ/CNMP nº 645/2025: Captação e registro audiovisual em atos processuais e extrajudiciais.....	752
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	761